

# Revista de **Direito Notarial e Registral** do Espírito Santo

Ano VIII - nº 69

## **CENTRAL RTDBRASIL**

permite registro de  
documentos digitais e  
de certificações, notificações,  
consultas, autenticações  
e vários outros  
serviços on-line



No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, seis mulheres compartilham suas conquistas de espaços para novas relações de convivência e poder



## 5 PROTESTO

*Não observância da lei pode impedir a execução de títulos ou retardar recebimento*



## 9 DIA INTERNACIONAL DA MULHER

*Seis mulheres em posições de liderança contam suas trajetórias no enfrentamento do preconceito e da violência contra a população feminina*



## 16 NOTAS

*Reconhecimento de filho pode ser feito em Tabela de Notas*



## 18 LEGISLATIVO

*Com destacada atuação em favor da saúde, dos idosos e dos excluídos, deputada quer fazer mais em novo mandato*



## 20 REGISTRO DE IMÓVEIS

*Usucapião também pode ser feita em cartório*



## 23 ATIVIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

*Comunicação aproxima o Legislativo e Erick Musso faz balanço de seu mandato*



## 28 REGISTRO CIVIL

*Com documentação pessoal só aos 27 anos*



## 29 ADVOCACIA

*Celeridade e a redução de custos da via extrajudicial beneficiam advogados e população de Linhares*



## 32 TÍTULOS E DOCUMENTOS

*2021 registra crescimento de 67% na validação de documentos para estudar e morar fora*



## 34 CENTRAL RTDBRASIL COM ACESSO ON-LINE

*Serviços dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas já podem ser feitos pela internet, no site [www.rtdbrasil.org.br](http://www.rtdbrasil.org.br)*



# Centrais on-line e mulheres como sinônimos de avanços

**N**esta edição, destacamos mais uma central on-line, desta vez a dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. O acesso pela internet é por meio do site [www.rtdbrasil.org.br](http://www.rtdbrasil.org.br). A central on-line é normatizada pelo Provimento 48 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atua em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O portal opera como um sistema mediador entre os cidadãos e os cartórios. Cabe a ele o acompanhamento de todo o processo, desde a solicitação até a emissão do registro.

Também nesta edição temos uma homenagem às mulheres, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, com depoimentos importantes que procuram contribuir para a superação de preconceitos que ainda causam prejuízos e sofrimentos em nossa sociedade. A busca por uma sociedade igualitária e que respeita as diferenças é fundamental para uma convivência harmoniosa, para a felicidade de todos e até mesmo para a paz mundial, como, infelizmente, testemunhamos agora.

Temos muitos temas da maior relevância abordados nas páginas das diferentes especialidades de cartórios, como usucapião, validação de documentos para uso no exterior, protesto de títulos, crescimento do mercado imobiliário e recebimento de heranças, entre vários outros. Mas um, em especial, chama atenção pelo impacto na plena cidadania de qualquer pessoa, que é o caso de crianças sem registro ou com registros incompletos, relatado nesta edição. Jonathan das Neves, nascido em 1994, só obteve seu registro de nascimento aos 27 anos, no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Viana. Ainda criança, foi abandonado pela mãe, e o pai nunca fez o registro. Um caso que mobilizou o cartório e foi resolvido.

As entrevistas com convidados nesta edição também nos dão um ótimo panorama no Legislativo estadual e na seccional da OAB de Linhares. Nessas páginas, mostramos o Direito exercido com plenitude; uma Assembleia Legislativa cidadã, com maior prestação de serviços e mais próxima do cidadão; bem como parlamentares estaduais e federais comprometidos com o bem-estar da população e o desenvolvimento do nosso Estado.

**Uma ótima leitura!**

## Editorial



**Marisa de Deus Amado**

Presidente

A **Revista de Direito Notarial e Registral do Espírito Santo** é uma publicação bimestral do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo, voltada para os profissionais dos serviços notariais e registrais do país, juizes, advogados e demais operadores do Direito. O Sinoreg-ES não se responsabiliza pelos artigos publicados na revista, cuja opinião expressa somente as ideias de seus respectivos autores. É proibida a reprodução total ou parcial dos textos sem autorização do Sinoreg-ES.

**Endereço:** Av. Carlos Moreira Lima, 81 - Bento Ferreira - Vitória (ES) - Cep: 29050-653 **Fone:** (27) 3314-5111 / 99686-8140 **Site:** www.sinoreg-es.org.br

#### Presidente

Marisa de Deus Amado

#### 1º vice-presidente

Márcio Oliva Romaguera

#### 2º vice-presidente

Nelisa Galante de Melo Santos

#### 1º secretária

Paula Mafra Nunes Leite

#### 2º secretário

Luciano Von Schilgen Ferreira

#### 1º tesoureira

Maria Celeste Pereira Pimentel

#### 2º tesoureiro

Willian Ribeiro Beraldo

#### Diretor de Relações Institucionais

Celi Maria Guisso Cabral

#### Diretor de Registro de Imóveis

André Arruda Lobato Rodrigues Carmo

#### Diretor de Protesto de Títulos

Alexandre Magno Cola

#### Diretor de Registro de Títulos e Documentos Cíveis das Pessoas Jurídicas

Moisés Barbosa de Souza Filho

#### Diretor de Tabelionato de Notas

Diniz Cypreste de Azevedo

#### Diretora de Registro Civil das Pessoas Naturais

Fabiana Aurich

#### CONSELHO FISCAL

##### Efetivos

Jean de Lima Medeiros

Teresinha Silva

Maria Teresa Saudino

##### Suplentes

Simone Sabra Baião

Jaqueline Lorenzoni Morosini

Claudioimir Renato Lorenzoni

#### CONSELHO DE ÉTICA

##### Efetivos

Ramon Ramos Monnerat Rodrigues

Simone Teles Corrêa Rizo

##### Suplentes

Sebastião Renato Pinto

Jaudineti de Lima de Martin

Magali Patrícia Soares de Oliveira Beraldo

#### Conselho editorial da revista:

Alexandre Cola; André Arruda; Diniz Cypreste; Márcio Romaguera; Maria Celeste; Nelisa Galante; Marisa Amado; Moisés Barbosa; Celi Cabral

#### Ano VIII - Número 69 Janeiro e Fevereiro 2022

#### Coordenação editorial:

Alexandre Cola; Elaine Viana

#### Jornalista responsável e Edição:

Wellington Nunes Jevaux

Textos: Alice Soares e Wellington Jevaux

#### Projeto gráfico e Diagramação:

Denise Zambeli

Revisão: Andréia Pegoretti

#### Sugestões de artigos e matérias:

elaine@sinoreg-es.org.br

(27) 3314-5111 / 99686-8140

#### Impressão e CTP

JS Gráfica e Editora

Telefax: (11) 4044-4495

E-mail: js@jsgrafica.com.br

Site: www.jsgrafica.com.br

#### Produção editorial

W Comunica / wcomunica.com.br

(27) 99989-8557

#### REVISTA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO ESPÍRITO SANTO

## Diretoria do Sinoreg-ES

**Marisa de Deus Amado,**  
presidente do Sinoreg-ES



**Márcio Oliva Romaguera,**  
1º vice-presidente do Sinoreg-ES



**Nelisa Galante de Melo Santos,** 2ª vice-presidente do Sinoreg-ES



**Paula Mafra Nunes Leite,**  
1ª secretária do Sinoreg-ES



**Luciano Von Schilgen Ferreira,** 2º secretário do Sinoreg-ES



**Maria Celeste Pereira Pimentel,** 1ª tesoureira do Sinoreg-ES



**Willian Ribeiro Beraldo,**  
2º tesoureiro do Sinoreg-ES



**Celi Maria Guisso Cabral,**  
diretora de Relações Institucionais do Sinoreg-ES



**André Arruda Lobato Rodrigues Carmo,** diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES



**Alexandre Magno Cola,**  
diretor de Protesto de Títulos do Sinoreg-ES



**Moisés Barbosa de Souza Filho,** diretor de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis e Pessoas Jurídicas do Sinoreg-ES



**Diniz Cypreste de Azevedo,**  
diretor de Tabelionato de Notas do Sinoreg-ES



**Fabiana Aurich,**  
diretora do Registro Civil das Pessoas Naturais do Sinoreg-ES

**Henrique Geaquinto Herkenhoff,**  
advogado do Sinoreg-ES



# Não observância da lei pode impedir a execução de títulos ou retardar recebimento

*O protesto recebe em cartório cerca de 60% das duplicatas, reduzindo bastante o congestionamento do Poder Judiciário*



**E**mboira tenha elevado o índice de recebimento e, justamente por isso, seja cada vez mais utilizado, o protesto de títulos para o recebimento de dívidas por parte das empresas ainda tem muito a crescer, em especial pela facilidade, gratuidade e efetividade de recebimento.

Para isso, é preciso entender que cheque, duplicata e nota promissória são espécies diferentes de títulos de crédito, cada um regulado por leis específicas, o que requer uma melhor compreensão sobre o uso correto dessas modalidades. A não observância da lei pode impedir a execução do título ou no mínimo retardar o seu recebimento, exigindo ainda que o credor recorra a outros meios judiciais.

Nesta entrevista, o advogado Atilio Giro Mezadre, especialista no tema, explica os cuidados e atenções necessárias para o uso e efetividade do protesto de títulos, baseando-se também em sua larga experiência e vivência junto a inúmeras empresas dos mais diferentes ramos de atuação.

“Acredito que ainda haja muito desconhecimento acerca da facilidade e da gratuidade do protesto, principalmente por parte do pequeno comerciante”, destaca Atilio, formado pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI) e pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil, Direito Tributário e Direito Minerário.

## ENTREVISTA com Atilio Giro Mezadre

**O grande jurista italiano Cesare Vivante definiu título de crédito como “o documento necessário ao exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado”. As três espécies mais populares de títulos de crédito são a duplicata, o cheque e a nota promissória. Quais as principais diferenças entre elas?**

Sem dúvidas o cheque, a duplicata e a nota promissória são as espécies mais comuns de títulos de crédito e, apesar de terem o mesmo objetivo, que é resguardar o direito ao crédito, eles possuem diferenças, e cada qual é regulado por lei específica. Explicando de forma sintética: o cheque é uma ordem de pagamento à vista emitida em favor de um beneficiário; em termos gerais é um documento que ordena uma instituição financeira a pagar determinada quantia à pessoa portadora do título. Já a duplicata é um título causal, ou seja, sua emissão sempre estará vinculada à compra e à venda de um produto ou à prestação de um serviço. A nota promissória é uma promessa de pagamento, é um compromisso escrito e solene pelo qual alguém se obriga a pagar a outrem certa quantia em dinheiro.

**A Lei Federal 5474/68 determina que não se admite qualquer outra espécie de título de crédito que não seja a duplicata para documentar a venda mercantil com prazo final de pagamento de 30 dias ou mais. E, se o prazo final de pagamento dessa venda mercantil for inferior a 30 dias, a duplicata poderá ser utilizada. A rapidez do processo de execução na cobrança da dívida pode ser comprometida quando o credor de uma compra e venda mercantil não segue a lei e utiliza outras formas de pagamento numa venda a prazo de 30 dias ou mais?**

Essa pergunta é pertinente, pois o que se nota é que uma grande quantidade de empresas – sejam industriais, sejam comerciais –, por não observar a lei, seja na verificação das formalidades do título, seja na utilização de formas não adequadas de pagamento, acaba por impedir a regular a execução do título ou por retardar o recebimento do crédito, já que o credor terá que recorrer a outros meios judiciais, diversos da execução, para receber o que lhe é devido.





“  
É de suma  
importância a  
divulgação  
da gratuidade e da  
facilidade emprestada  
hoje ao protesto”

Atilio Giro Mezadre,  
advogado

**No Processo Eletrônico RESP 1.202.271/SP, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que as duplicatas sem aceite necessitam obrigatoriamente ser protestadas para terem força executiva e que a ação de execução deve ser extinta, na falta do instrumento de protesto nos autos. Na prática comercial, ainda há muito desconhecimento sobre duplicatas, aceite, necessidade de protesto das duplicatas sem aceite e demais direitos e deveres constantes na Lei das Duplicatas?**

Sim, é isso que se observa na prática, pois grande parte das empresas, por desconhecimento da lei ou mesmo por desconhecimento da importância do protesto como meio necessário de garantir a higidez de seu título, não observa as formalidades legais, o que prejudica o exercício de seu direito ao crédito.

**Ainda há desconhecimento de que o serviço de protesto se tornou gratuito para o credor e que tanto para apontar o protesto quanto para cancelá-lo o serviço é totalmente eletrônico, sem circulação de papel? Entende viável que advogados que militam no Direito Empresarial alertem seus clientes quanto a esse serviço, principalmente com relação à compra e venda mercantil?**

Acredito que ainda haja muito desconhecimento acerca da facilidade e da gratuidade do protesto, principalmente por parte do pequeno comerciante. É de suma importância a divulgação da gratuidade e da facilidade emprestada hoje ao protesto e que essa divulgação não seja feita somente pelos advogados, mas também pelos cartórios, pelas associações comerciais e por todos os envolvidos, de modo a mostrar para o credor que ele tem um meio extrajudicial muito eficaz para garantir o recebimento de seu crédito.

**Diante das inúmeras leis e decisões judiciais formando diversas jurisprudências, é essencial hoje que as empresas possuam, para a sua saúde econômica, uma assessoria jurídica atuante? A consultoria jurídica também é importante?**

Sem dúvidas, é muito importante e necessário para as empresas terem um suporte jurídico, sobretudo uma consultoria voltada para a prevenção de demandas e para o auxílio para tomada de decisões.

**A Comissão de Direito Empresarial da OAB-ES fechou parceria com o Instituto de Protesto do ES para que os advogados possam fazer convênio gratuito para o envio eletrônico das decisões**

**definitivas a protesto, permitindo tanto ao credor quanto ao advogado tentarem acelerar o recebimento da dívida com decisão definitiva. O senhor acredita que, tornando-se uma prática, isso poderá dar mais celeridade ao cumprimento das decisões definitivas?**

Acho salutar e de grande valia essa parceria feita entre a Comissão de Direito Empresarial da OAB e o Instituto de Protesto de nosso Estado. Certamente essa prática facilitará e trará mais agilidade ao cumprimento das decisões judiciais definitivas.

**A pandemia, que já completa dois anos, obrigou a utilização dos meios eletrônicos no processo judicial. O senhor acredita que, após a pandemia, cujo fim já está sendo sinalizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), muitos procedimentos possam se tornar mais rápidos com base nos acontecimentos desse biênio?**

Na minha percepção, a utilização dos meios eletrônicos e virtuais nos processos judiciais e administrativos já era uma realidade, e a pandemia só veio a reforçar e a antecipar a necessidade da implementação desses meios no mundo jurídico. Particularmente, acho que o processo eletrônico facilita e torna mais ágil a prestação jurisdicional.

# Instrumento de protesto é requisito formal para propor ação de execução da duplicata sem aceite

**A** ceite de duplicata é assinar a duplicata fisicamente no campo de assinatura do devedor, que existe nas duplicatas físicas, e retorná-la ao credor com a assinatura do devedor na própria duplicata.

É necessário que essa duplicata sem aceite seja protestada para adquirir força executiva na Justiça. Isso é determinado por lei federal e pela jurisprudência consolidada. Sem o protesto, que é gratuito para o credor, não fazendo sentido não utilizar, a ação na Justiça terá que ser pelo rito do processo de conhecimento ou a ação monitória, que demoram bem mais para finalizar do que a ação de execução.

Ou seja, se um credor vai à Justiça através de seu advogado propor ação de execução de uma compra e venda de mercadorias, por exemplo, em que o devedor não pagou as parcelas, e anexa nessa ação somente

os boletos não quitados, o canhoto da nota fiscal assinado pelo devedor e a nota fiscal da compra e venda, o juiz provavelmente no despacho inicial vai mandar emendar a inicial e apresentar os instrumentos de protesto. Isso porque boleto bancário e nota fiscal não são títulos executivos e, por isso, não podem ser usados para propor ação de execução, sem que falte o requisito formal, que é o instrumento de protesto das duplicatas sem aceite do devedor.

E se por descuido passar do despacho inicial e a execução seguir, bastará que o devedor, a qualquer momento da execução, pois não preclui, requeira a extinção da execução e cobre sucumbências do credor, pois não existe o título executivo “boletos bancários e notas fiscais”.

O que se executa na Justiça são as duplicatas que representam as parcelas a serem pagas. As duplicatas sim, são títulos executivos.



**Alexandre Cola, diretor de Protesto do Sinoreg-ES**



Edição N. 56

Brasília, 27 de abril de 2016

3) As duplicatas virtuais possuem força executiva, desde que acompanhadas dos instrumentos de protesto por indicação e dos comprovantes de entrega da mercadoria e da prestação do serviço.

Precedentes: [AgRg no REsp 1559824/MG](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015; [AgRg no AREsp 646570/MT](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 27/10/2015; [REsp 1354776/MG](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 08/09/2014; [EResp 1024691/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 29/10/2012; [REsp 1024691/PR](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 12/04/2011; [REsp 1037819/MT](#), Rel. Ministro MASSAMI UYE-DA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 10/03/2010. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 502)

**Superior Tribunal de Justiça  
STJ - RECURSO ESPECIAL:  
REsp 1011040 PB  
2007/0284684-2**

3- A execução de duplicata sem aceite depende do prévio protesto do título. Ademais, no caso de duplicatas, o protesto tem outros efeitos relevantes, pois é o termo inicial dos juros de mora e do prazo prescricional para a execução dos títulos sem aceite.

*8 de março  
dia internacional  
da Mulher*

*A maior  
homenagem  
é o nosso  
respeito.*



# Mulheres consolidam e ampliam espaços de liderança

*Mesmo com todo o preconceito e violência ainda presentes na sociedade, mulheres avançam na conquista de espaços capazes de permitir novas relações de convivência e poder*

O

Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, é sempre uma data ambígua. De um lado, é marcado pelas comemorações dos avanços e conquistas das mulheres ao longo de anos de luta pela sua maior inserção na sociedade, de maneira igualitária. De outro, é também uma ocasião em que se busca reforçar a reivindicação por mais respeito ao papel a ser desempenhado pela mulher, que cada vez mais abre novos espaços e exige a revisão de posturas e a queda de preconceitos.

Para uma pequena mostra dessa extraordinária capacidade feminina de transformação, apesar de todas as barreiras e violências ainda vergonhosamente cometidas, convidamos seis mulheres que são exemplos de luta e determinação por seus objetivos e sonhos e vitórias. Todas conquistaram e exercem um espaço de poder consolidado capaz de inspirar muitas outras mulheres e homens.

Fizemos a mesma pergunta a todas as entrevistadas, e o resultado você confere a seguir.

**Como foi o processo para ocupar este espaço de poder exercido e como é vivenciar este lugar sendo mulher? Muito se tem feito para erradicar a violência contra a mulher, mas essa chaga ainda sobrevive em nossa sociedade. O que falta para evoluirmos mais e darmos um fim a isso?**

## Jacqueline Moraes

vice-governadora

*Casada e mãe de três filhos, é empreendedora individual e estudante de Direito. Ex-vereadora no município de Cariacica, iniciou sua vida política nos movimentos comunitários e de base. É militante no segmento de mulheres socialistas e atuante nas áreas política e comunitária.*

No processo de construção do meu lugar de fala, tem muito da colaboração do PSB e do governador Renato Casagrande, que identificaram minhas qualidades e ajudaram na ocupação do cargo de vice-governadora. Importante ressaltar que, nessa decisão, nós tivemos que enfrentar a quebra de velhos padrões, com a escolha da primeira mulher, negra e oriunda da periferia, para o cargo. Meu histórico de superação dos obstáculos na escala social e minha força de vontade de ir à luta, fugindo da miséria, do analfabetismo funcional, e tendo alcançado lugar no centro do poder, me levaram a representar e exercer políticas públicas especialmente para as mulheres, para os jovens e para os negros das classes mais vulneráveis da sociedade.

O problema da violência contra as mulheres está relacionado à cultura machista que estrutura nossa sociedade. Por séculos, cultuou-se que à mulher seria reservado o espaço privado: a casa, a família e a obediência aos homens. Permitimos que isso se perpetuasse, e até o ato de votar nos era negado.

Conquistar o espaço público, ter po-



der de mando e decisão, na política, nas empresas, em casa, nas organizações sociais e mesmo nas igrejas, é o que tem feito diferença. E os homens, em geral, não estão prontos para entender e compartilhar o que antes se resolvia somente entre eles. Por isso, alerto as mulheres, chamando, também, os homens, para inaugurarmos novo tempo, a nova cultura de relacionamento e comportamento.

O meu caminho escolhido é o do empoderamento feminino, da capacitação para oportunidades de ocupação produtiva, e que permita autonomia financeira e condições de não mais se submeter às muitas formas de violência, seja física, seja psicológica, seja intelectual, seja econômica.

O outro caminho é o da ampliação dos canais de denúncia, de proteção e de punição. Combater a impunidade tem surtido efeito, e o engajamento das instituições sociais também. As igrejas por exemplo vêm ressignificando esse papel. Todos estamos falando disso, e a sociedade repudia e não tolera mais atos de covardia e violência.

## Soraya Manato

Deputada federal

Dra. Soraya de Souza Manato é capixaba, médica ginecologista e deputada federal pelo estado do Espírito Santo. Está em seu primeiro mandato, tendo sido eleita em 2018.

Representar o público feminino em uma Casa de Leis tem sido um grande desafio na minha vida, tanto por eu ser uma mulher, uma mãe e uma médica focada na saúde de mulher (com atuação há mais de 30 anos como ginecologista e obstetra), quanto por ser uma representante feminina dentro de um ambiente, anteriormente, ocupado apenas por homens. Saber que posso contribuir, de maneira significativa e incisiva, na defesa das causas femininas é algo fantástico e enriquecedor.

Uma contribuição que posso destacar é que apresentei, por exemplo, uma proposta que visava a ampliar o teste do pezinho no SUS, ou seja, em vez de as mães descobrirem até seis doenças no teste do pezinho, atualmente é possível rastrear até 50 doenças, de maneira gratuita e pela rede pública. É um projeto, que a bancada feminina abraçou

no Congresso Nacional e que o presidente da República, Jair Bolsonaro, também fez questão de cancelar. Hoje, essa conquista é uma realidade em todo o Brasil para as mães de recém-nascidos. Essa proposta foi uma grande realização como médica e parlamentar, pois consegui unir essas duas vias e ainda beneficiar as diversas mulheres.

A violência contra a mulher é uma pauta que mexe muito comigo, principalmente, porque em 2013 o Espírito Santo foi considerado o Estado brasileiro mais violento para as mulheres, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A taxa de mortes de mulheres por violência doméstica no Espírito Santo foi quase o dobro da média nacional. Um verdadeiro absurdo!

Estou trabalhando com o Governo Bolsonaro para revertermos essa demanda importante do Espírito Santo. Neste ano, inclusive, serão iniciadas as obras da unidade da Casa da Mulher Brasileira, na nossa capital, Vitória. Uma política pública do Governo Federal, que visa a amparar as mulheres vítimas de violência doméstica nos primeiros atendi-



mentos, logo após o ato criminoso. A ideia é reunir, em um só espaço, a oferta de vários serviços, como: acolhimento, triagem, apoio psicossocial e brinquedoteca para os filhos, além de atendimento da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça. Quero que essa mulher seja acolhida de maneira digna e responsável, poupando-a de situações desagradáveis. Essa conquista para a nossa capital foi possível graças a emendas parlamentares que destinei ao lado de cinco deputados federais.

## Iriny Lopes

Deputada estadual (PT/ES)

*Foi deputada federal por três mandatos seguidos (2003 a 2015). De 2011 a 2012, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, comandou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério. Na Assembleia Legislativa, está em seu primeiro mandato, tendo sido eleita em 2018.*

Sou uma pessoa que surgiu dos movimentos sociais, que ajudou a criar o PT no Espírito Santo. Os avanços das políticas públicas para as mulheres, incluindo as campanhas por mais mulheres no poder, e os projetos de lei, como a Lei Maria da Penha e outras leis que tratam a violência doméstica e de gênero na política, são resultado de uma luta muito grande dos movimentos de mulheres, de feministas.

A ocupação de espaços de poder e decisão é também uma das pautas das mulheres. A gente sabe que os poderes Legislativos, Executivos e Judiciários são ocupados, em sua maioria, por homens brancos. Isso é estrutural e não se modifica sem políticas públicas em todas as esferas para erradicar

o machismo, o racismo e a LGBTQIfobia. É preciso debater isso em casa, nas escolas e no mundo do trabalho. A sociedade brasileira é machista, e cultura não se altera somente com campanhas, mas também com política, votando leis que prevejam percentual de cadeiras no Parlamento para mulheres – a exemplo do que fez a Argentina – e que incentivem empresas a contratar e a oferecer vagas nos cargos mais altos.

Avançamos muito, especialmente nos governos do PT, mas tudo que construímos e que eram pautas dos movimentos de mulheres, colocadas nas quatro conferências nacionais, nas estaduais e nas municipais que as precediam, foi sendo destruído a partir do golpe contra Dilma Rousseff (reconhecido até pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, que confessou recentemente que não havia crime de responsabilidade para retirar Dilma, mas sim “um ambiente político” desfavorável). O próprio golpe, em todo o seu processo, foi misógino, machista e violento.

A despeito dos retrocessos, especialmente neste governo, mulheres continuam



sua luta, e o resultado pode ser visto nas últimas eleições municipais, com bom número de eleitas, sobretudo mulheres negras, e de LGBTQIA+, além da decisão do próprio Judiciário em determinar que partidos reservassem não somente cotas de candidaturas de mulheres e negros, mas também recursos do Fundo Partidário. O recado das urnas foi de esperar e dizer que, apesar de todos os ataques e violências que sofremos, estamos nas ruas para mudar esse jogo.



## Marisa Amado

Presidente do Sinoreg-ES

*Marisa de Deus Amado é bacharel em Direito, titular do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Sede de Serra há mais de 30 anos e presidente do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo – Sinoreg-ES.*

Quando comecei minha carreira, eram cerca de oito ou dez mulheres titulares de cartório em um universo de mais de 200. Hoje, no Estado, já somos quase metade das lideranças nos 324 cartórios capixabas. Quando falamos do Direito, também estamos evoluindo e ocupando um espaço antes predominantemente masculino: hoje, 49,6% do quadro de advogados da OAB é composto por mulheres. Cenário inimaginável quando Myrthes Gomes tornou-se a primeira mulher advogada do Brasil, em 1899.

Tive de lutar muito para conseguir me impor e ser ouvida e considerada

em muitas e diferentes situações em que havia sempre uma grande maioria masculina. Hoje, mesmo formada em Direito e titular de cartório há três décadas, ainda vivencio muito preconceito contra mulheres em posições de liderança. Não de maneira generalizada, mas vindo daqueles que ainda insiste em nos desconsiderar pelo simples fato de sermos mulher.

Houve sem dúvida um longo caminho percorrido pelas mulheres para vencer o preconceito e ocupar cada vez mais espaço nos universos notarial e jurídico. É fato a capacidade feminina de liderar um cartório, de advogar e de ocupar outros cargos de direção, e isso não apenas no meio jurídico.

Temos ainda um longo caminho para conseguirmos derrubar por completo o preconceito e colocar a mulher em uma posição de total



igualdade em nossa sociedade. Com uma sociedade cada vez mais igualitária e diversa, teremos sempre mais chances de manter o diálogo e o equilíbrio em meio às diferenças. Isso é essencial sempre e, principalmente, neste momento em que guerras eclodem, e a intolerância dá sinais de perigoso reavivamento.

## Nelisa Galante de Melo Santos

2ª Vice-presidente do Sinoreg-ES,

*Tabeliã de Notas e Registradora Civil, mestranda em Sociologia Política, mediadora judicial e extrajudicial e membra da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ/ES), que integra a Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica (FIFCJ).*

Sou a mais velha de três irmãs. Nossos pais se divorciaram quando eu tinha 7 anos e fomos criadas pelo que, contemporaneamente, chamamos de “mãe solo”, novo termo nascido para desconstruir o sentido desqualificador imputado às “antigas” mães solteiras ou divorciadas (como a minha). Em razão desta minha particular história, vivencio uma mulher que precisou ir à luta e ocupa relevantes espaços de poder. Esta mulher é Elisa Galante, a qual tenho a honra de dividir esta edição da Revista do Sinoreg/ES.

Eu, pessoalmente, nunca havia experimentado de forma clara, ou que me incomodasse, a desigualdade ou o desrespeito por ser mulher, até ocupar um espaço de poder. Foi a partir daí que passei a vivenciar isso e digo: não é fácil. Você se depara com suas ideias sendo apropriadas como se deles fossem, com interrupções incessantes de sua fala, com desqualificações reiteradas. É exaustivo, mas estamos aqui dispostas a elevar o feminino, mesmo com toda a violência simbólica validando a cultura dominante masculina.

O que falta para evoluirmos? Falta nos posicionarmos de forma efetiva, reta e clara, todas as vezes que for necessário. Nossa tendência é naturalizar, ou até não perceber, as violências cometidas contra nós, pois a cultura nos moldou assim. Chegou a hora de nós moldarmos a nossa cultura.



## Elisa Galante

Advogada e professora universitária

Advogada, doutora em Direitos e Garantias Fundamentais, mestre em Políticas Públicas e Processo, professora de Direito e vice-presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ/ES), que integra a Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica (FIFCJ).

Tenho 56 anos, sou mãe de três mulheres e doutora em Direito. Sou advogada há 34 anos e professora de Direito há 20. Foram longos anos de dedicação, compromisso e muitas renúncias. No início, foi muito difícil. As profissões jurídicas eram basicamente masculinas. Assim, a jornada iniciou pela dura compreensão de que a mulher não era uma cidadã plena, mas em construção social, política e econômica; para depois apreender que batalhas deveriam ser erguidas, por mim e por tantas outras mulheres e em todas as classes sociais e econômicas, para podermos viver a plenitude da cidadania.

Hoje me sinto reconhecida em todos os aspectos. Também vivencio o ideal de um mundo melhor. Por isso, sou uma motivadora nata de meninas e mulheres. Propago que o

“não” é o que já temos, então devemos buscar o “sim”. Assim agindo, criamos possibilidades inimagináveis.

Violência precisa ser compreendida e apreendida em todos os seus aspectos. Além da violência física, existem as violências: psicológica, sexual, patrimonial e moral, já classificadas pela Lei Maria da Penha. Contudo, a mulher também sofre violência social, política e econômica em seus espaços de trabalho e institucional.

Contra a violência no âmbito político, o Brasil publicou a Lei 14.192/2021. Entretanto, a violência política ultrapassa as fronteiras do processo eleitoral de Estado. Por exemplo, no trabalho as mulheres são violentadas em suas capacidades intelectuais ao não acessarem postos de trabalho que poderiam assegurar-lhe a autonomia política funcional e a consequente liberdade econômica. Infelizmente, a biologia feminina ainda é parâmetro para a negativa de sua evolução social, política e econômica.

O que falta para pormos um fim? Necessitamos de mais sensibilidade em todas



as instituições públicas e privadas. Alguns passos foram dados, em sua maioria no campo normativo, o que é uma lástima esta dependência, pois as conquistas por igualdade deveriam evoluir naturalmente a partir da própria conscientização dos direitos.

Lembro que a participação de homens nos movimentos em favor do gênero feminino é um grande contributo. Afinal, para concretizar o ideal constitucional brasileiro de uma sociedade livre, justa e solidária, é fundamental que a luta deva ser feita com mulheres e homens, assim como se faz um “ser humano”.

**RICOH**  
imagine. change.

At your side.  
**brother**

**DASCOM**

:: Vendas

:: Gerenciamento

:: Suprimentos

# ATO

SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA ME.

:: Outsourcing

:: Consultoria

:: Locação



Sistema de Impressão



Multifuncional Laser



Impressoras de Etiqueta  
Térmica

**27-3213-0780**

e-mail: [vendas@atovitoria.com.br](mailto:vendas@atovitoria.com.br)

[www.atovitoria.com.br](http://www.atovitoria.com.br)

Rua Padre Antonio nº 13 Santa Fé – Cariacía - ES  
CEP 29.143-706 CNPJ 06.229.857/0001-64



# Solicite seus impressos de segurança adequado à norma da CGJ/ES na **JS Gráfica**

Verifiquem se seus  
**Impressos para Livros**

estão de acordo com o novo

**Provimento**

**02/2022**

**CGJ/ES**

Holografia  
exclusiva



Imagem  
oculta



Numeração  
Sequencial



Disponível em duas versões  
**100% em conformidade**

RECICLADO



OFFSET



Modelo homologado pela

**ARPENBRASIL**


ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS

Em conformidade como o Provimento 63 de 14/11/2017  
e Portaria Interministerial 1537/14

[JSGRAFICA.COM.BR](http://JSGRAFICA.COM.BR)

**JS**  
GRÁFICA

**(11) 4044.4495**



É um orgulho  
ter **VOCÊ**  
como cliente

São mais de 5000 cartórios como clientes

## A única Gráfica 100% especializada em Cartório

### Etiquetas



Melhores práticas, tecnologia e serviços em impressos, livros e etiquetas para o seu cartório, são alguns dos diferenciais que a JS tem para oferecer aos seus clientes.

### Traslados



A única gráfica especializada em cartório, com equipe que desenvolve todas as etapas, desde a criação, escolha de materiais, elementos de segurança, provas e amostras, tudo num único lugar.

### Capas



Linha completa de livros, etiquetas matriciais, etiquetas transtérmicas, traslados, certidões, envelopes, protetores plásticos, capas de escritura...

### Certidões



Ligue, acesse nosso site ou agende uma vista.

*E muito mais! Conte com a gente!*

**Atendimento completo desde a criação até a entrega dos seus impressos.**



**Central de Atendimento ao Cliente**

Tel.:(11) 4044-4495

e-mail: vendas@jsgrafica.com.br - www.jsgrafica.com.br



# Reconhecimento de firma agora pode ser feito pela internet

*Serviço é acessado por meio da plataforma e-Notariado*

**U**m dos serviços mais procurados nos Cartórios de Notas, o reconhecimento de firma por autenticidade agora pode ser feito pela internet. O

ato, normalmente, tem como objetivo a concretização de um negócio, exigindo o reconhecimento de firma de todos os envolvidos no processo.

Para que o reconhecimento de

firma seja feito pela internet, basta que o interessado envie o documento assinado para o cartório. Feito isso, é agendada uma videoconferência com o tabelião. Depois, é assinado um termo de confirmação e, por fim, o tabelião reconhece a firma como autêntica.

São dois os requisitos para o procedimento: ter firma aberta no cartório escolhido e ter cadastro na pla-

taforma e-Notariado, que pode ser feito gratuitamente.

O diretor de Tabelionato de Notas do Sinoreg-ES, Diniz Cypreste de Azevedo, explica que o reconhecimento de firma dá autenticidade e garante a segurança das transações. "O reconhecimento de firma é exigido em compras e vendas de carros e imóveis, testamentos e até para autorização de viagens de menores", explica.

## E-NOTARIADO

O e-Notariado é uma plataforma digital que conecta os usuários aos serviços oferecidos pelos Cartórios de Notas do país. Para utilizá-la, basta acessar [www.notariado.org.br](http://www.notariado.org.br) e solicitar a emissão gratuita do certificado no cartório mais próximo.



# Reconhecimento de filho pode ser feito em Tabelionato de Notas

*Não há limite de idade para realização do procedimento*

# S

egundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), quase 100 mil crianças nascidas no ano passado não têm o nome do pai no registro de nascimento. E mais, 2021 foi o terceiro ano de queda nos atos de reconhecimento de paternidade, com 13.297 registros atualizados. Em 2019, foram 35.234 atos registrados, que caíram para 23.921 em 2020.

Ainda que os números estejam em queda, os cartórios contribuem para que mais pessoas tenham o pai no registro. Isso porque o reconhecimento

de filho é um procedimento facilitado, que pode ser feito direto no cartório e sem idade limite.

O reconhecimento de filho é feito em Tabelionato de Notas por escritura pública ou testamento. Para que seja realizado, é necessário o comparecimento do pai ou mãe (que deve ser maior de 16 anos) que fará o reconhecimento, com documentos pessoais em mão e a certidão de nascimento.

Em casos de filhos maiores de idade, é necessário consentimento para oficialização. Já os menores podem impugnar o reconhecimento nos quatro anos que se seguirem à maioridade ou à emancipação.

O diretor de Tabelionato de Notas do Sinoreg-ES explica que o ato independe de homologação judicial. Basta fazer o reconhecimento e, depois, levar a escritura ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais onde foi registrado o nascimento do filho para averbação.

“Embora não seja obrigatório, é possível acrescentar o sobrenome do pai ou da mãe que fez o reconhecimento tardio. Se os filhos já forem casados, é preciso averbar o nome no registro de casamento. Em caso de netos, o nome deve ser acrescido em seus registros de nascimento”, finaliza o diretor.



# Procedimento em cartório permite impressão autenticada de documentos digitais

*Materialização de documentos garante autenticidade física de arquivos eletrônicos*

**V**ocê sabia que é possível usar documentos originalmente digitais de forma física e com validade reconhecida? O ato recebe o nome de materialização ou autenticação e pode ser feito em Cartório de Notas, com documentos vindos diretamente da internet ou de arquivos eletrônicos apresentados.

A materialização do documento consiste na impressão desses arquivos, com a certificação da página, o tipo de documento, os dados referentes a ele e a data da materiali-

zação. Esse arquivo deve apresentar assinatura digital ou outra forma de confirmação de integridade e autenticidade.

O diretor de Tabelionato de Notas do Sinoreg-ES, Diniz Cypreste de Azevedo, esclarece que o documento terá o mesmo valor que um documento original, dispensando a pessoa para quem for apresentado de também acessar o site e confirmar o seu teor.

“Essa validade vem da fé pública do registrador, que, antes de realizar a autenticação, acessa o site onde está o documento e confere sua validade

e particularidades. Feito isso, o escrevente imprime o texto da internet e o etiqueta com as informações do documento e com um selo de autenticidade”, explica o diretor.

## Desmaterialização de documentos

O processo inverso também pode ser feito. A desmaterialização consiste na geração de documento eletrônico (em mídia custeada pelo usuário), com aplicação de certificado digital, a partir de documento em papel.

## ETAPAS DA MATERIALIZAÇÃO DE UM DOCUMENTO



### ETAPA 1:

Apresentação do documento digital original



### ETAPA 2:

Análise do escrevente do cartório



### ETAPA 3:

Impressão do documento



### ETAPA 4:

O documento é etiquetado com as informações necessárias e recebe o selo de validação





# Norma Ayub quer novo mandato para **ampliar conquistas**

*Com destacada atuação em favor da saúde, dos idosos e dos excluídos, deputada soma muitos resultados e quer muito mais em um terceiro mandato*

**E**m seu segundo mandato consecutivo como deputada federal e já autodeclarada pré-candidata à reeleição, a deputada federal Norma Ayub quer muito mais avanços nas frentes eleitas por ela como prioritárias, que são a saúde, a atenção aos idosos e a dignidade do povo capixaba.

Entrando agora em seu quarto ano do segundo mandato, a parlamentar da bancada capixaba no Congresso Nacional soma a captação de mais de R\$ 60 milhões de recursos para a área de saúde do Estado, custeio e ampliação do atendimento de inúmeros asilos e uma série de iniciativas e projetos em favor dos direitos da mulher e de todos aqueles considerados invisíveis e excluídos de nossa sociedade.

**Deputada está em seu quarto ano do segundo mandato**



## **ENTREVISTA com Norma Ayub, deputada federal**

**Qual o balanço que a senhora faz ao chegar ao seu quarto e último ano do segundo mandato na Câmara Federal? Quais foram as principais conquistas relacionadas às suas bandeiras na área de saúde e para a dignidade dos idosos e do povo capixaba?**

Na área da saúde, vejo que consegui captar mais de R\$ 60 milhões, só nesses últimos quatro anos, para fortalecer o SUS, tanto na atenção primária quanto na média e alta complexidade dos municípios, e equipar melhor nossos hospitais, de Norte a Sul do Espí-

rito Santo, com equipamentos de alta tecnologia, inclusive para qualificar os Centros Cirúrgicos e para instalação de novas UTIs.

Quando se trata de política para os idosos, não me considero agindo como deputada, eu ajo como cidadã. Aos idosos eu me entrego de corpo e alma para protegê-los, e busco oferecer a eles DIGNIDADE, acima de tudo. Tenho visitado alguns asilos por todo o Estado, sempre destinando recursos para garantir o custeio daquelas instituições que verifiquei fazerem um bom trabalho.

Para finalizar, faço questão de parti-

cipar como membro titular das Comissões Permanentes da Câmara Federal dos Direitos da Mulher e dos Direitos dos Idosos, para ter acesso direto ao debate das políticas públicas a serem implantadas em nível nacional que possam promover qualidade de vida e a verdadeira noção de dignidade da pessoa humana. Na verdade, este trabalho envolve nossa preocupação para todos os invisíveis e excluídos da nossa sociedade.

**Quais são as prioridades e maiores desafios para este último ano do atual mandato?**

Temos para 2022 a necessidade de uma pauta legislativa intensa e de extrema importância ao país. São reformas que estão há anos sendo debatidas, mas que nunca conseguimos consenso no Parlamento para implementá-las, como a Reforma Fiscal/Tributária que promova equilíbrio federativo e que principalmente promova isonomia social; a Reforma Eleitoral, sem fisiologismo político partidário; a Reforma Administrativa e outras de grande impacto na política econômica do país.

Vou seguir com minha missão parlamentar focada em ações concretas e objetivas em favor de uma saúde pública melhor para o meu Estado, onde três grandes obras estarão em meu “radar de perseguição”: 1) a conclusão das obras do Hospital Saúde de Guarapari; 2) o início das obras do Hospital do Câncer em Cachoeiro de Itapemirim; 3) a recuperação fiscal e financeira da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, é lógico, continuarei buscando fortalecer o SUS na atenção primária dos municípios.

**A senhora é uma das três mulheres entre os dez deputados federais do Espírito Santo e sempre defendeu uma maior inserção feminina em todas as áreas de atividades, inclusive na política. Quais as suas principais iniciativas e contribuições em defesa dos direitos e da valorização da mulher?**

Sei que até parece repetitivo, de tanto que eu falo que o “lugar da mulher é onde ela quiser”. Mas falo isso porque, por mais que façamos um bom debate na Comissão dos Direitos da Mulher, a sociedade brasileira ainda tem muita dificuldade de absorver e reconhecer esta verdade. Estamos dando passos cada vez mais consistentes nesse sentido e buscamos ser exemplo em nossas ações.

A luta incansável pelo combate à violência doméstica no Brasil, que é um fenômeno estrutural, com raízes culturais profundas, pelo comportamento machista da nossa sociedade, tem dificultado melhores resultados em favor do protagonismo da mulher. Mas avançamos ao aprovar na Comissão de Direitos da Mulher (CMulher) e no plenário da Câmara Federal o Projeto de Lei 6298/19, de autoria da presidente da CMulher, Elcione Barbalho, que cria o Formulário Nacional de Avaliação de Risco – Frida, sendo sancionado na Lei 14.149/21.

**Os cartórios brasileiros fazem parte do sistema notariado latino, que é referência mundial e está presente em 87 países, os quais respondem por 60% do PIB mundial. Entre eles, estão Alemanha, Itália, França, Espanha e Japão, que se posicionam ligados ao sistema jurídico civil law, adotado pelo Brasil e por essas nações, onde a fonte do direito é a lei escrita e codificada, prezando sempre pela segurança jurídica. Como a senhora avalia os serviços prestados pelos cartórios como uma via extrajudicial destinada a desafogar o Judiciário, desonerar o Estado e ampliar o atendimento à população, com qualidade e maior celeridade?**

Primeiro, é preciso que fique claro o reconhecimento popular da morosidade do Poder Judiciário, no país inteiro, em promover justiça em tempo para satisfação da parte vencedora. A nossa Justiça é lenta, e assim é vista muitas vezes pelo povo como “injusta”, por favorecer com a demora a parte condenada. Vejo com bons olhos toda iniciativa que possa promover celeridade à nossa Justiça, e o PL 6204/2019, que está tramitando no Senado, aguardando indicação do senador para relatar, poderá ser uma boa oportunidade na promoção dessa celeridade processual, com a “desjudicialização” da execução civil de título executivo judicial, disciplinando a execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais, atribuindo ao tabelião de protesto o exercício das funções de agente de execução.

Quando o debate desse projeto de lei chegar à Câmara Federal, estarei estudando e analisando a possibilidade de melhorar ainda mais o texto, e assim promover a verdadeira justiça que a população espera.

**Qual avaliação da senhora sobre o cenário político do Espírito Santo e do Brasil neste momento? Como pretende continuar contribuindo como parlamentar neste último ano do atual mandato? Buscará a reeleição como deputada ou pretende disputar outros cargos nos âmbitos estadual e federal?**

Vou começar respondendo pelo fim da pergunta. Nunca tive preocupação em ser um agente político com ambição de mandato. Minha ambição sempre foi usar a força de um mandato para servir a minha missão. Quero continuar a lutar com toda a minha garra para promover saúde à população, e para isso estou me colocando como pré-

-candidata à reeleição de deputada federal, porque ainda tenho muito a realizar. Quero usar o mandato para proteger os idosos e resgatar a sua dignidade familiar! As eleições são apenas uma oportunidade que eu terei de prestar contas do meu mandato e que o povo capixaba terá para avaliar e comparar com os demais pré-candidatos.

“

*Vou seguir com minha missão parlamentar focada em ações concretas e objetivas em favor de uma saúde pública melhor para o meu Estado*”

**Norma Ayub,**  
deputada federal





## Usucapião também pode ser feita em cartório

*Procedimento simplifica a vida do cidadão para o reconhecimento de propriedade*

**O** Espírito Santo foi um dos primeiros estados brasileiros a reconhecer a propriedade por usucapião, sem a necessidade de processo judicial. Desde 2015, é possível fazer o processo diretamente nos cartórios.

Usucapião é o direito sobre um bem móvel ou imóvel baseado no tempo em que a pessoa o utiliza. Antes, só era possível definir a propriedade atra-

vés de processo judicial, mas agora também se permite que a usucapião seja feita de forma extrajudicial, nos cartórios. “Trata-se de uma iniciativa importante, porque ajuda a desafogar o sistema judiciário e simplifica a vida do cidadão”, explica o diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES, André Arruda.

A Lei 13.465/2017 atualizou o Código Civil e o Código de Processo Civil. Antes, a assinatura do proprietário registrador do imóvel na planta era

obrigatória. Hoje, se o proprietário não assina a planta nem responde à notificação do cartório, há a presunção de concordância com o pedido. “Até 2017, o requerente precisava da planta do imóvel com a assinatura do proprietário. Essa era uma dificuldade muito grande, justamente porque quem entra com a ação de usucapião tem dificuldades de encontrar o proprietário, seja porque este morreu, seja porque não quer aparecer”, completou Arruda.

### ..... Como fazer a usucapião em cartório .....

O primeiro passo é fazer a ata notarial em um Cartório de Notas. Para que ela seja elaborada, o tabelião vai até o imóvel em questão e registra todas as informações sobre a propriedade, além do histórico dos moradores do local.

Em seguida, é preciso fazer a planta do imóvel, que deve ter assinatura de vizinhos que testemunhem a usucapião e, se possível, do proprietário registrado do imóvel em questão.

Por último, deve-se levar todos

os documentos ao cartório de registro de imóveis, onde será feito o reconhecimento da propriedade. Para a usucapião extrajudicial, também é necessária a participação do advogado para o requerimento ao Serviço Registral.



# Mercado imobiliário obtém crescimento na pandemia, mas pode desaquecer em 2022

*Diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES dá dicas para quem pretende comprar ou alugar imóvel*

**O** mercado imobiliário é conhecido por conter vários nichos com distinções claras, como as divisões de públicos de baixa, média e alta renda. Outra característica é a de períodos de elevações e baixas, que variam de acordo com o momento econômico do país. Para 2022, incorporadoras e especialistas esperam uma retração

diante do “boom” da pandemia.

Entre os motivos que colocam 2022 como um ano desafiador estão o aumento dos juros, a inflação alta e a incerteza fiscal. Ainda assim, o setor deve voltar a crescer já em 2023, pois ainda há um déficit habitacional, principalmente nas principais metrópoles brasileiras. Ou seja, há a necessidade de construção de novas moradias, um total de 1,5 milhão de unidades por

ano, de acordo com o Sindicato da Habitação em São Paulo (Secovi-SP).

Com a pandemia, novas tendências habitacionais surgiram e muitos optaram por empacotar seus pertences e partir para novos lares. A maior delas, que deve ser mantida no pós-pandemia, foi a busca por casas mais afastadas dos centros, uma vez que o modelo de trabalho híbrido já mostrou que vem para ficar.

## **O diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES, André Arruda, dá algumas dicas para quem optar por comprar ou alugar um novo imóvel. Confira:**

- Assim que comprar um imóvel, registre. O procedimento garante a propriedade do bem e impede a aplicação de golpes.
- Certifique-se de que não constam impedimentos para a realização do negócio na certidão da matrícula.
- Verifique a idoneidade dos vendedores do imóvel. Esse cuidado nunca é demais.
- Guarde o protocolo recebido após a entrega dos documentos necessários no Cartório de Registro de Imóveis. Ele será importante até a efetivação do registro.
- Mantenha-se atento: o cartório tem até 10 dias para formular exigências para o registro, nos termos da ressolução MP nº 1085/2021.
- Na locação, fuja dos “contratos de gaveta”, ou seja, daqueles contratos informais. É preciso registrar o negócio em cartório para garantir a validade formal.





## Herdou um imóvel sem registro? Saiba como regularizar

*Imóveis sem registro em cartório impedem a transferência direta da propriedade no inventário*

**O** registro de um imóvel é o que garante a propriedade do bem e permite que ele seja passado para os herdeiros. Quando há a abertura do processo de sucessão, após o falecimento de um ente querido, é preciso regularizar bens deixados pelo falecido para que haja a transferência.

Em alguns casos, aos herdeiros cabem as propriedades apenas com o “contrato de gaveta”, o que impossibilita a transferência direta em inventário. O primeiro passo para a regularização é juntar toda a documentação referente ao imóvel, que pode ser o contrato de compra e venda, caso exista, comprovantes de pagamento de água, luz, te-

lefone, IPTU, notas fiscais referentes a reformas realizadas no imóvel ou fotos antigas da propriedade.

Feito isso, é preciso comparecer ao Cartório de Registro de Imóveis da cidade em que o bem está localizado e solicitar a cópia atualizada da matrícula do imóvel. “Basta informar o endereço completo para que o oficial localize a matrícula e verifique a situação real do bem. Se houver restrição, o recomendado é regularizar a situação do imóvel para depois verificar a possibilidade cabível para sua transferência”, informa o diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES, André Arruda.

Se o imóvel não possuir restrições e não for de propriedade de nenhum Ente

Federativo, existem duas opções, o primeiro, inventário da posse, que apenas transmite a posse do bem, ou, o segundo, a solicitação da usucapião. No caso da usucapião, o procedimento extrajudicial, realizado em cartório, costuma ser mais rápido e mais barato.

O diretor de Registro de Imóveis do Sinoreg-ES ressalta que, independentemente da opção escolhida, a regularização é fundamental. “Segundo a legislação, só é considerado proprietário quem tem seu nome registrado na matrícula do imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Ou seja, não importa há quantos anos o morador reside no imóvel, a venda ou a transmissão da propriedade só pode ser feita se houver o registro”, finaliza.

# Comunicação aproxima sociedade do Legislativo

Portal na web, TV e redes sociais integram estrutura da Secretaria de Comunicação Social da Assembleia



**Prioridade dos canais de comunicação da Ales é tornar público tudo que acontece na Casa, de maneira clara e imediata para a população**

chega até o Controle Mestre, que insere os caracteres. Em seguida, o conteúdo selecionado vai ao ar de forma codificada e passa por micro-onda ou fibra óptica até ser transmitido para todas as casas na TV aberta. “É um conjunto, tem as pessoas que captam a imagem, os técnicos e os jornalistas. Cada um na sua função, porque as coisas funcionam em grupo. Todos são partes fundamentais”, observa.

## Memória

Existe um espaço destinado à preservação da memória da TV Assembleia. É o Centro de Documentação (Cedoc). Todo o material audiovisual produzido é armazenado e catalogado no local. Esse conteúdo engloba, por exemplo, as gravações das reuniões de comissões e das sessões ordinárias, solenes e especiais. Tais informações possuem caráter público, e o acesso a elas é uma forma de exercício da cidadania. “Por se tratar de um acervo com vasto material histórico e de guarda permanente, a existência de gestão do fluxo e da preservação do conteúdo audiovisual produzido ao longo desses 20 anos é peça fundamental para a construção e recuperação da memória institucional, política e histórica do Parlamento e da sociedade capixaba”, relata a servidora Elisangella Nunes.

## Como sintonizar?

A TV Assembleia possui programação 24 horas e é transmitida nos seguintes canais na Grande Vitória: canal 3.2 aberto e digital, 12 NET, 23 RCA e 519.2 Sky Digital. O conteúdo também pode ser assistido pelo portal da Casa, Facebook e YouTube.

O atual bordão dos repórteres que realizam coberturas ao vivo na Assembleia Legislativa (Ales), “TV Assembleia, mais perto de você!”, traduz bem o sentimento que permeia a Secretaria de Comunicação Social (SCS). Todo o trabalho é feito com o intuito de levar cada vez mais informações de qualidade para os cidadãos sobre as atividades desenvolvidas no Parlamento capixaba.

Seja na TV, seja no portal, seja nas mídias sociais, a missão da equipe envolvida no acompanhamento das sessões, reuniões e demais eventos que ocorrem nas dependências do Palácio Domingos Martins é tornar público tudo que acontece na Casa de uma maneira clara para a população. A programação da TV ainda traz programas de música, literatura, culinária e economia, entre outros.

## Transparência e convergência

Na avaliação da secretária de Comunicação da Ales, Margô Devos, é uma grande responsabilidade garantir transparência aos trabalhos legislativos. “A população sabe pouco o que acontece aqui. Então, o desafio maior é chegar até as pessoas. Temos vários veículos de comunicação, mas temos que ter uma linguagem acessível, pois há muitos termos técnicos. As pessoas precisam entender da forma mais simples e didática o que a gente faz aqui”, esclarece.

Ela destaca a importância da convergência das mídias no processo de estímulo ao interesse das pessoas aos fatos que ocorrem no Legislativo estadual e do incentivo à interação do público com as publicações. “Num ambiente de redes, a participação é sempre maior. Essa foi a forma que a gente procurou para estimular as pessoas, levar a produção de conteúdo da TV e do portal o máximo possível para as redes, que é um ambiente em que

as pessoas estão acostumadas a interagir”, frisa.

## Desafios

Diante da pandemia do novo coronavírus, em 2020 as atividades da Secretaria precisaram se adaptar à realidade de distanciamento social. Margô lembra que para o portal foi mais fácil, mas a TV teve que vencer algumas barreiras, como passar a usar imagens de celular e adquirir separadores de acrílico para fazer entrevistas. “Alguns programas tiveram que ser adaptados para ter uma pessoa de cada vez na tela para não ter uma conversando com a outra, senão elas teriam que usar máscara, o que é complicado para entrevista”, ressalta.

Outro desafio para este ano será o trabalho nas eleições gerais, quando ocorre a renovação do mandato dos deputados. “A TV Assembleia tem tradição de cobertura das campanhas estaduais e pretendemos continuar. Essa vai ser uma eleição muito concorrida, inclusive em âmbito nacional, e é importante levar esse conteúdo para o cidadão com a nossa abordagem, que é um pouco diferente das TVs comerciais e contribui muito para a discussão”, pontua.

## Sinal

Para a TV Assembleia chegar aos lares dos capixabas, é exigido um esforço integrado entre as diversas equipes da Secretaria. O coordenador especial de Engenharia de TV e Rádio, Jasson Carneiro, informa que a antena e os transmissores estão instalados no Morro da Fonte Grande, o que garante uma boa potência de transmissão de um único ponto. “Nosso sinal cobre a Grande Vitória, com partes de Guarapari e Fundão, isso sem repetidor. A gente ainda compra espaço de emissoras em Linhares, São Mateus e Cachoeiro”, acrescenta.

Ele explica que tudo começa a partir da captação das imagens. Esse material é selecionado pelo diretor de imagens e



# Assembleia Cidadã já disponibiliza inúmeros serviços ao cidadão

*Presidente da Ales implementa projeto que amplia a prestação de serviços para a população*

**A**o final de seu terceiro mandato à frente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), o presidente da Casa, deputado Erick Musso, faz um balanço das realizações voltadas a abrir as portas do Parlamento à população. Os inúmeros serviços implementados já somam mais de 50 mil atendimentos, transformando a Ales em uma Assembleia Cidadã.

Delegacia do Consumidor, Defensoria Pública e Procuradoria da Mulher são alguns dos órgãos em pleno funcionamento no Legislativo, que conta ainda com serviço para a emissão de carteiras de identidade e atendimentos ao terceiro setor. Em breve, uma parceria com a Polícia Federal permitirá também a instalação do serviço de emissão de passaportes.

Depois de iniciar seu mandato à frente da Assembleia promovendo cortes de mais de R\$ 3 milhões e de enfrentar momentos críticos com a pandemia, Erick Musso também se orgulha especialmente da implantação de dois projetos: o primeiro levou à ampla digitalização das operações e o segundo, à desburocratização, pois reduziu de 14 mil para 4 mil as leis estaduais, eliminando muitas daquelas sem qualquer aplicabilidade para o Espírito Santo.



## **ENTREVISTA com Erick Musso, presidente da Ales**

**Um dos grandes destaques de sua atuação à frente da Ales é o Assembleia Cidadã. Como funciona essa ação, que tem destaque, inclusive, em âmbito nacional?**

Essa é uma ação que muito me orgulha. Temos funcionando a Delegacia do Consumidor. É bom lembrar que essa delegacia fez apreensões de cafés falsificados e também de azeite. Hoje, temos o Procon e a Delegacia do Consumidor funcionan-

do dentro da Assembleia Legislativa a menos de um metro de distância de um órgão para outro. Um grande avanço. Também contamos com a Defensoria Pública, que tem advogados à disposição para ajudar a população. E ainda a Procuradoria da Mulher, que atende as mulheres vítimas de violência familiar e doméstica. E mais: a Ales conta com um órgão que emite carteiras de identidade. E também com o atendimento ao terceiro setor. Enfim, é a Ales abrindo as suas

portas de fato à população de nosso Estado, com serviços importantíssimos que já passam de 50 mil atendimentos aos capixabas. Conseguimos transformar a Casa em uma Assembleia Cidadã.

**Existe mais alguma iniciativa que o senhor já está projetando para ampliar ainda mais esse espaço?**

Estou acabando de formatar uma proposta para que a Assembleia Legislativa passe a emitir também passaporte

para o cidadão capixaba. Uma importante parceria com a Polícia Federal de nosso Estado. E já temos um espaço reservado para esse novo serviço aos capixabas. Isso é importante, porque a Ales está muito bem localizada, em frente ao Shopping Vitória, onde transitam milhares de pessoas. Estou muito otimista e também gratificado com esse novo serviço. É importante também ressaltar que esse trânsito de pessoas, que vêm à Ales em busca dos serviços, aproxima mais a Casa desses cidadãos. Eles passam a conhecer um pouco mais como funciona a Casa e a sua importância para o desenvolvimento do Espírito Santo.

### Como vê o seu trabalho à frente da Assembleia Legislativa?

Resumidamente, fizemos o enxugamento da máquina pública, o Revisa Ales, a Ales Digital. Digo que tudo foi feito com total responsabilidade. É um imenso desafio. Iniciamos com cortes de despesas. Foram feitos cortes de R\$ 3 milhões em contratos. Cortamos pagamentos de diárias e 30% de todos os contratos. Implantamos o Ales Digital. Ou seja, tiramos de circulação o uso de papel. E ainda nos tornamos a primeira Assembleia Legislativa digital do país, sendo referência para São Paulo e Goiás, por exemplo. Mais: colocamos em execução o Revisa Ales, importantíssimo programa. Para se ter uma ideia, tínhamos 14 mil leis, muitas sem qualquer aplicabilidade. Depois desse trabalho, estamos com 4 mil leis. O objetivo foi o de desburocratizar o Estado. Fomos eleitos como a melhor Assembleia Cidadã do país. Importante ressaltar também que somos a Assembleia Legislativa de menor custo por deputado do Brasil. Avançamos muito!

### Na pandemia, a Assembleia Legislativa teve de se reinventar?

Sim. Costumo dizer que tivemos de trocar o pneu com o carro andando. Mas a Ales não parou em nenhum momento. O desafio foi e continua sendo enorme, mas o enfrentamos com compromisso e responsabilidade. Em nenhum momento, deixamos de fazer sessões, de aprovar projetos importantes como o de calamidade pública. Todos os projetos do Governo do Estado para socorrer nossos 78 municípios foram votados em caráter de urgência. Fomos para o modo remo-

to, seguindo todos os protocolos da área médica e sanitária. Enfim, cumprimos nosso papel com total responsabilidade.

### Como o senhor avalia a participação do jovem na política?

Muito salutar. Sempre digo para os jovens que não desistam de seus sonhos. Que lutem por seus objetivos. A participação do jovem na política oxigena as ideias, traz propostas novas, debates de nível, e nos mostra qual o melhor caminho a seguir. Tenho muito respeito pelos jovens; acredito que eles podem dar uma imensa contribuição para o país.

“

*Sempre digo para os jovens que não desistam de seus sonhos. Que lutem por seus objetivos. A participação do jovem na política oxigena as ideias, traz propostas novas, debates de nível, e nos mostra qual o melhor caminho a seguir*

”

**Erick Musso**  
presidente da Ales

### Estamos nos aproximando das eleições. O senhor pretende tomar alguma medida ou dar alguma orientação para que a tribuna da Assembleia Legislativa não seja usada com fins meramente eleitorais?

Acredito que eu tenho muita experiência nessa questão. Já passei por esse cenário em 2018 e em 2020, por exemplo. Em todas essas ocasiões, a Casa funcionou bem. Houve respeito por parte dos senhores deputados e senhoras deputadas. Enfim, vamos reeditar as medidas que já tomamos anteriormente

para que tudo funcione em perfeita ordem. Queremos, nesse complexo momento das eleições, que a tribuna da Assembleia Legislativa seja utilizada para os debates que são peculiares aos parlamentares, e não para o debate político eleitoral. Isso tem de ser feito em palanques, e não da tribuna da Ales.

### As sessões vão continuar híbridas?

Se você me perguntasse isso há 60 dias, diria que sim. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) resolveram colocar parte dos servidores em sistema remoto novamente. Isso por conta da variante Ômicron. O quadro é bem complexo e dinâmico. Vamos ter de avaliar com bastante sensibilidade e responsabilidade. O mais importante é sempre respeitar as orientações médicas e sanitárias.

### Presidente, dos nomes já colocados no cenário político, qual é o seu candidato à Presidência da República?

É prematuro eu fazer uma afirmação como essa neste momento. Acho que o cenário ainda vai se desenhar melhor. Tem muita água para rolar debaixo da ponte. Particularmente estou focado em a gente levantar as principais demandas do Espírito Santo, apontar as principais deficiências e quais são as principais prioridades. Temos de buscar soluções para resolver os problemas que afetam a população capixaba. Essa é a prioridade neste momento.

### O senhor tem 34 anos, foi vereador e presidente da Câmara Municipal e agora presidente da Assembleia por três mandatos como deputado estadual. Qual a sua ambição política?

Quero deixar bem claro que não sou candidato a nenhum cargo a qualquer custo. Quero ouvir os capixabas. Quem vai decidir isso é a população. Então, não é uma questão de ambição, de vaidade pessoal, de projeto de poder, nada disso. É salutar e saudável para a democracia que as pessoas se coloquem e debatam nomes em várias posições políticas. É a maioria dos capixabas quem vai me ajudar a tomar essa importante decisão.

# Cartório pode negar registro de crianças com nomes “estranhos”

*Segundo a legislação, serventias podem optar por não lavrar a certidão de nascimento se detectarem risco de prejuízos à criança*

**N**omes “estranhos” como Esparadrappo Clemente de Sá, Janeiro Fevereiro de Março Abril, Pacífico Armando Guerra, Rolando Escada Abaixo, Um Dois Três de Oliveira Quatro estão no imaginário dos brasileiros. Não é incomum que se tornem piadas e divirtam muita gente. Mas, ainda hoje, é possível registrar uma criança com nomes como esses?

Segundo a Lei 6.015/73, o cartório pode não mais lavrar a certidão de nascimento se julgar que a criança corre risco de ser prejudicada no futuro. Ou seja, basicamente, o escrivão do cartório pode questionar a opção do nome dada pelos pais. “Nesse momento, o profissional pode apresentar alternativas ou se recusar a fazer o registro. Se

os pais não concordarem, a decisão do oficial é submetida ao juiz competente”, explica a diretora de Registro Civil de Pessoas Naturais do Sinoreg-ES, Fabiana Aurich.

A legislação prevê, ainda, que o funcionário do cartório esteja autorizado para vetar a grafia dos nomes. Uma dica é não abusar na quantidade de letras como Y, W e H na hora da escolha do nome do recém-nascido.

## **Nomes estrangeiros**

No ano passado, denominações estrangeiras Noah, Ayla, Chloe e Zoe foram destaque no ranking de nomes de bebês, segundo a tradicional análise feita pelo BabyCenter Brasil. Para os pais que optarem por designação

internacional, é recomendável que levem provas da existência do nome. “Podem ser enciclopédias, livros ou outras fontes quaisquer que evitem que o registro, um ato simples, se prolongue e necessite de parecer judicial”, explica a diretora.

## **Alteração de nomes**

É possível que adultos com nomes constrangedores façam a alteração do nome extrajudicial pelo prazo de um ano após terem atingido a maioridade civil. Passado o prazo, o procedimento pode ser feito apenas diante de audiência do Ministério Público, necessitando de parecer judicial para a modificação no registro. A medida é válida apenas para nomes e não extensiva a sobrenomes.







# Espírito Santo registra alta de 23,9% no número de casamentos civis em 2021

*Flexibilização das normas de distanciamento social e redução dos casos de Covid-19 contribuíram para o aumento*

**A** confiança proporcionada pelo aumento da vacinação contra a Covid-19 impulsionou muitos casais a subirem no altar no ano passado, após um período de queda nesse indicador. Dados dos Cartórios de Registro Civil capixabas apontam um aumento de 23,9% na realização de casamentos civis, no comparativo com 2020.

De janeiro a dezembro de 2021, foram feitas 23.135 celebrações civis, contra 18.622 em 2020. O crescimento chegou ao ápice em setembro, com 2.266 casamentos oficializados. No confronto com o mesmo mês de 2020, o aumento é de 27%.

As estatísticas são disponibilizadas no Portal da Transparência do Registro Civil, base de dados nacionais administrada pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen/BR), entidade que representa os 7.654 Cartórios de Registro Civil do Brasil, distribuídos em todos os municípios e distritos do país.

A diretora de Registro Civil e Pessoas

Naturais do Sinoreg-ES, Fabiana Aurich, explica que, mesmo diante da diminuição dos casos de Covid-19, as celebrações seguem ocorrendo mediante cumprimento aos protocolos de segurança sanitária nos cartórios. "Observamos o limite de pessoas, o distanciamento e o uso obrigatório de máscara, medidas para garantir a saúde de todos os participantes", ressalta.

Outra possibilidade é a realização do casamento por videoconferência, alternativa usada por muitos casais que optaram por selar a união em cerimônias menores e, até mesmo, virtuais.

Para que o casamento civil aconteça, é necessário que os noivos compareçam a um Cartório de Registro Civil acompanhados de duas testemunhas, ambas maiores de 18 anos, munidas de documentos de identificação. Essa primeira visita deve ser feita em um cartório da região de residências de um dos nubentes com pelo menos 30 dias de antecedência para dar entrada na habilitação do casamento.

Os documentos necessários para os

noivos são as certidões de nascimento (se solteiros), de casamento com averbação do divórcio (para os divorciados), de casamento averbada ou de óbito cônjuge (para os viúvos), além de documento de identidade e comprovante de residência. O valor do casamento é tabelado em cada Estado da Federação, podendo variar de acordo com a escolha dos noivos - em diligência ou na sede do cartório.



# Registro de nascimento garante direitos civis

*Documento é fundamental para exercício da cidadania*

# A

certidão de nascimento é um documento importante que acompanha o cidadão por toda a vida. Ainda assim, há casos de crianças sem registro ou

com registros incompletos – por exemplo, sem o nome do pai. Segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), quase 100 mil crianças nascidas em 2021 até o começo de agosto não têm o nome do pai no registro civil.

Pessoas com passagem pelo sistema prisional também sofrem com a falta de documentos no sistema. São os chamados “equiparados”, ou seja, têm notícias do registro, mas não conseguem localizá-los para emitir a segunda via da certidão. Já outros foram presos em unidade da Federação diferente daquela onde foram civilmente identificados, com o agravante de que não há comunicação entre os cadastros administrativos de identidade dos governos estaduais.

A falta dos documentos, na maioria dos casos, impede a comprovação de atividade laboral, frustrando acesso a um direito básico e às expectativas da própria sociedade quanto ao futuro dessas pessoas.

Um desses casos é o de Jonathan das Neves. Nascido em 1994, ele só obteve seu registro de nascimento aos 27 anos, no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Viana. Ainda criança, foi abandonado pela mãe, e o pai nunca fez o registro.

Jonathan conta que a ausência do registro trouxe diversos prejuízos, como a falta de uma carteira de trabalho e a dificuldade para conseguir um emprego formal. “Meus filhos foram registrados apenas com o nome da minha esposa. Agora, além de ter um sobrenome, poderei dar esse nome também para eles”, comenta.

Ele completa: “Esse documento é



**Jonathan das Neves só obteve seu registro de nascimento aos 27 anos**

muito significativo para mim. Eu me sinto mais integrado na sociedade. Posso tirar carteira de motorista, trabalhar de carteira assinada, coisas de que fui privado por muito tempo por não ter documento”.

A titular do cartório, Sophie Helene Rodrigues Porto, relata que o processo para registro tardio foi iniciado em 2019 e finalizado em 2021, após autorização judicial. “Fizemos também o registro de maternidade socioafetiva, porque ele não tinha nem mãe nem pai no documento”, conta.

## Como fazer o registro tardio

O registro tardio administrativo pode ser requerido diretamente em cartório.

Para que seja feito, o interessado deverá comparecer pessoalmente ao Cartório de Registro Civil, juntamente com duas testemunhas, que serão entrevistadas pelo Oficial de Registro Civil. Feitas as entrevistas, o Oficial decidirá se o registro poderá ser feito diretamente no cartório, se serão necessárias mais provas ou se será preciso submeter o caso ao juiz da vara de registros públicos.

Para o registro de pessoas falecidas, é necessário que haja uma ação judicial elaborada por advogado. Feito isso, o processo corre judicialmente até que haja um mandado do juiz para que o ato seja realizado. Dada a autorização, o Cartório de Registro Civil faz a expedição do documento.

# OAB de Linhares registra uso crescente de serviços extrajudiciais

*Para a subseção, a celeridade e a redução de custos beneficiam advogados e população*

**D**entro do esforço realizado pelo Sinoreg-ES em todo o Estado do Espírito Santo para ampliar o uso da via extrajudicial pelos advogados e por toda a população, destacamos nesta edição entrevista com a presidente da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Linhares, Alcídia

Pereira de Paula Souza. Advogada há 30 anos e pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil, reeleita em janeiro com 56,38% dos votos válidos para a presidência da subseção, em mandato até 2024, ela atua como diretora de Relacionamento do Conselho de Segurança de Linhares (Consel).

O objetivo de seu trabalho é colher contribuições, ouvindo e con-

siderando as diferentes realidades e demandas de cada região. Dentre os aprimoramentos que conseguiu realizar, Alcídia destaca a vantagem da celeridade da via extrajudicial e a necessidade de divulgação permanente dos benefícios desses serviços, para os advogados e para a população. Um esforço também empreendido pela 3ª Subseção da OAB de Linhares.



## ENTREVISTA

**Como a 3ª Subseção da OAB de Linhares avalia os serviços prestados pelos cartórios aos advogados e à população como alternativa ao processo judicial e quais são as principais vantagens dessa utilização, para os advogados e para a população?**

Os serviços prestados pelos cartórios são de elevada importância para o cidadão e para os advogados. A alternativa pelo processo extrajudicial é a certeza de uma busca por resultado com celeridade, que considero a principal vantagem no processo extrajudicial. O cidadão e o advogado buscam exatamente por atendimentos e resultados mais rápidos possíveis, além da redução de custo, o que é proporcionado nos serviços prestados pelos cartórios.

“  
A alternativa pelo processo extrajudicial é a certeza de uma busca por resultado com celeridade”

**Alcídia Pereira de Paula Souza,**  
presidente da OAB de Linhares

**A interação entre as diferentes entidades notariais e registrais com a OAB e o Judiciário tem proporcionado muitos avanços e benefícios cada**



“

*A utilização da via extrajudicial é a forma segura de economia no Poder Judiciário e de celeridade nos processos e nos resultados* ”

**Alcídia Pereira de Paula Souza,**  
presidente da OAB de Linhares

**vez maiores aos profissionais e aos cidadãos. O que falta para ocorrerem ainda mais avanços?**

Entendo que a ampla divulgação dos serviços extrajudiciais é fundamental aos cidadãos e advogados. É muito importante que ambos tenham conhecimento da existência dessa interação e de que os procedimentos extrajudiciais são tão seguros quanto os judiciais.

**Como a 3ª Subseção da OAB pode contribuir para fomentar a utilização maior dos serviços cartorários e de sua via extrajudicial?**

Com a realização de eventos com objetivo de prestar aos advogados informações acerca dos serviços seguros prestados pelos cartórios. A 3ª Subseção já realizou e tem o projeto de realizar palestras sobre os serviços disponibilizados pelos cartórios e que contribuem para a advocacia.

**Acredita que a utilização da via extrajudicial gera uma grande economia na manutenção do Poder Judiciário e celeridade para a**



Sede da 3ª Subseção da OAB de Linhares

**advocacia e para a população, além de reduzir o número de processos judiciais e desafogar substancialmente as varas e tribunais?**

Com certeza! A utilização da via extrajudicial é a forma segura de economia no Poder Judiciário e de celeridade nos processos e nos resultados. A via extrajudicial só veio contribuir para reduzir o número de processos judiciais.

**A resolução das demandas pela via extrajudicial é bem rápida, muitas das quais finalizadas em até três dias, e não em meses ou anos, como acontece em muitos processos judiciais. A Lei Federal nº 11.441, de janeiro de 2007, por exemplo, possibilitou a realização do inventário, da partilha e do divórcio consensual nos cartórios. Como tornar essas e demais alternativas extrajudiciais por meio dos cartórios mais utilizadas pelos advogados?**

Através de divulgação. Que os cartórios realizem, por meio de regu-

lar publicação, campanhas do uso da via extrajudicial.

**Por que ainda existem desinformação e preconceitos da população em relação à atividades cartorárias e a sua utilidade? Como a 3ª Subseção da OAB pode contribuir para a superação dessa realidade?**

Infelizmente ainda existe a desinformação quanto à segurança jurídica dos serviços. Ainda é novo para a população o entendimento de que há segurança na solução do problema/situação de forma consensual e por meio extrajudicial. Acredito que o tempo e a divulgação serão as ferramentas para que a população tenha confiança de que o extrajudicial é tão seguro quanto o judicial. A 3ª Subseção de Linhares tem investido e permanecerá investindo em cursos de capacitação e informação aos advogados e advogadas da importância da utilização do processo extrajudicial.

# Validação de documentos para uso no exterior está mais ágil

*Mais de 100 países reconhecem procedimento que facilita a vida de quem vai viajar*

**C**om o avanço da vacinação e a abertura das fronteiras do país, mais brasileiros vão viajar para o exterior. Nessas viagens, pode ser necessário levar documentos para utilização no país a ser visitado. Para que um cidadão brasileiro legalize esses documentos, é preciso validá-los em cartório.

O procedimento foi simplificado e exige poucos passos. Agora, basta a emissão da apostila (reconhecimento e registro responsável por dar maior agilidade à legalização de documentos) no cartório, na cidade de origem do interessado. De lá ele sairá com o documento apostilado, aceito em qualquer um dos 111 países que reconhecem essa Convenção. Esse documento tem um QR Code, por meio do qual é possível verificar a autenticidade da apostila.

“A realização do apostilamento requer de cinco a 30 dias, dependendo de alguns fatores, entre eles a quantidade de documentos. Se o documento é muito antigo e não há possibilidade de confirmar a procedência, por exemplo, isso também demanda mais tempo, pois o cidadão precisa solicitar uma segunda via perante o órgão responsável”, explica o diretor de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis de Pessoas Jurídicas do Sinoreg-ES, Moisés Barbosa de Souza Filho.

Muitos documentos brasileiros são nato-digitais assinados gratuitamente, e a medida traz mais facilidade e segurança. “Vale ressaltar que só podem ser apostilados documentos públicos ou aqueles de natureza particular que tenham sido previamente reconhecidos por notário ou autoridade pública”, comenta.

## COMO APOSTILAR

Para que o documento seja apostilado e receba o certificado, basta levá-lo a um Cartório de Registro de Títulos e Documentos habilitado para o procedimento. O apostilamento abrange duas vias, uma física e uma eletrônica. A via física é emitida com o documento, sendo a ele anexado. Já a eletrônica fica registrada em sistema próprio para consulta de autoridades brasileiras e internacionais. A apostila não vence, mas, caso o documento vença, é preciso refazê-la.

Alguns países possuem tratados com o Brasil e dispensam o ato da legalização diplomática ou consular, como a França. Para esses casos, o apostilamento também é dispensado. Uma dica é consultar a representação do país em que o documento produzirá efeitos quanto à necessidade da emissão da apostila.





## 2021 registra crescimento de 67% na validação de documentos para estudar e morar fora

*Segundo Ministério das Relações Exteriores, são 4,2 milhões de brasileiros que moram no exterior*

# M

ais brasileiros vêm tentando a vida no exterior. É o que apontam os dados do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), que

mostram um crescimento de 67% no número de apostilamentos para morar ou estudar fora do país. De junho a novembro de 2021, houve 912 mil solicitações, número bem mais expressivo que os 544 mil requerimentos feitos no mesmo intervalo de 2020.

No detalhamento do estudo, é destacado que as solicitações de vistos para estudos e aberturas de processos de dupla cidadania teve um crescimento ainda maior, de 131%.

O último levantamento do Ministério das Relações Exteriores informa que, entre 2018 e 2020, a elevação foi de quase 20% no total de brasileiros vivendo legalmente no exterior. De acordo com a pasta, são 4,2 milhões de pessoas.

O diretor de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis de Pessoas Jurídicas do Sinoreg-ES, Moisés Barbosa de Souza Filho, explica que esse aumento mostra que há uma demanda crescente de pessoas que pretendem passar mais tempo fora do país, para morar ou estudar. “Desde 2015, quando a função de apostilamento passou para os cartórios, o acesso para esse serviço foi facilitado. Antes, era preciso buscar pelo Ministério das Rela-

ções Exteriores, que pedia um prazo de pelo menos seis meses”, pontua.

### Para onde vão os brasileiros

O Ministério de Relações Exteriores estima que a grande maioria (46%) dos brasileiros que moram fora do país vive na América do Norte. O segundo destino mais procurado é o continente europeu (30%). Outros 14% optaram por continuar na América do Sul, ainda que em outras nações.

A maior comunidade de brasileiros ao redor do mundo está nos Estados Unidos: 1,8 milhão de residentes. Em seguida, vêm as colônias de Portugal e Paraguai, que têm, cada uma, cerca de 250 mil.



# Registro de contrato social garante acesso ao FGTS

*Regra permite o saque total do fundo se enfermidade atingir o trabalhador ou seus dependentes*

# A

informalidade faz parte da realidade de muitos micro e pequenos empreendedores. Mas a falta de registro de sociedades em cartório pode levar a alguns prejuízos. Um deles é o impedimento do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em casos de doenças graves que atingem o trabalhador ou seus dependentes. Isso porque uma das exigências para receber o benefício é a apresentação do Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

O saque do benefício é permitido diante de três possibilidades: quando o trabalhador ou algum de seus dependentes for diagnosticado com câncer; se o trabalhador for portador do vírus HIV; se o trabalhador estiver em estágio terminal em razão de doença grave. Para receber o FGTS, é preciso comprovar o

vínculo trabalhista, o estado de saúde e, se o adoecimento for de algum membro da família, é preciso provar, também, a dependência.

Nos três casos, a cópia do Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos pode servir como forma de comprovar a atuação profissional. O diretor de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis de Pessoas Jurídicas do Sinoreg-ES, Moisés Barbosa de Souza Filho, explica que o registro do contrato deve ser feito no momento em que a sociedade é aberta. “O contrato é o registro de nascimento da pessoa jurídica e, ainda assim, muitos sócios não fazem o registro no primeiro momento e acabam passando por transtornos futuros”, comenta.

Para que o registro da sociedade seja feito, é preciso apresentar um requerimento assinado pelo representante legal da sociedade, solicitando o

registro, constando o seu nome por extenso, cargo, identidade e residência, além de nome e sede da Sociedade. Outra providência é apresentar duas vias do contrato social, visados por advogado. Também são necessários documentos de identidade dos administradores da sociedade. O contrato necessita, ainda, seguir o definido pelo Código Civil, art. 1011§ 1º.

Na Central RTDPJBrasil, mediadora entre os cartórios e os empreendedores, é possível realizar os atos de abertura, alteração e baixa de CNPJ pela internet, sem a necessidade de comparecimento até os cartórios. O acesso é feito no site [www.centralrtdbrasil.org.br](http://www.centralrtdbrasil.org.br).

“É possível registrar quaisquer documentos que se queiram preservar. Por isso é conhecido como registro para fins de conservação. Até mesmo o atestado médico pode ser registrado para eventual uso futuro”, informa o diretor.



# Registro de Títulos e Documentos pode ser feito pela internet

Central RTDBrasil agiliza processos para cidadãos

**S**erviços dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas já podem ser feitos pela internet, no site [www.rtdbrasil.org.br](http://www.rtdbrasil.org.br). A central on-line é normatizada pelo Provimento 48 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atua em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

O portal opera como um sistema mediador entre os cidadãos e os cartórios. Cabe a ele o acompanhamento de todo o processo, desde a solicitação até a emissão do registro, feito nos cartórios. O diretor de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis de Pessoas Jurídicas do Sinoreg-ES, Moisés Barbosa de Souza Filho, explica que a plataforma permite que os usuários obtenham economia de tempo, agilidade e, ainda, mais conforto.

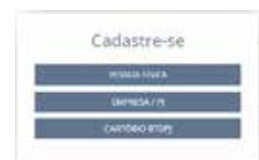
São disponibilizados os serviços de coleta de assinaturas com certificado digital, registro de documentos e arquivos digitais, pedidos de certidão, notificação extrajudicial, consulta à validade de registros e certidões e autenticação de livro SPED.



**1** Os atos disponibilizados são exibidos na home, no tópico "Serviços".



**2** Para utilizar, é preciso fazer o cadastro na central como pessoa física, jurídica ou cartório.



**3** Para a coleta de assinaturas, basta anexar o documento em PDF. Identificadas as assinaturas, é emitido o recibo do procedimento. Aqui, é necessário certificado digital ICP-Brasil.

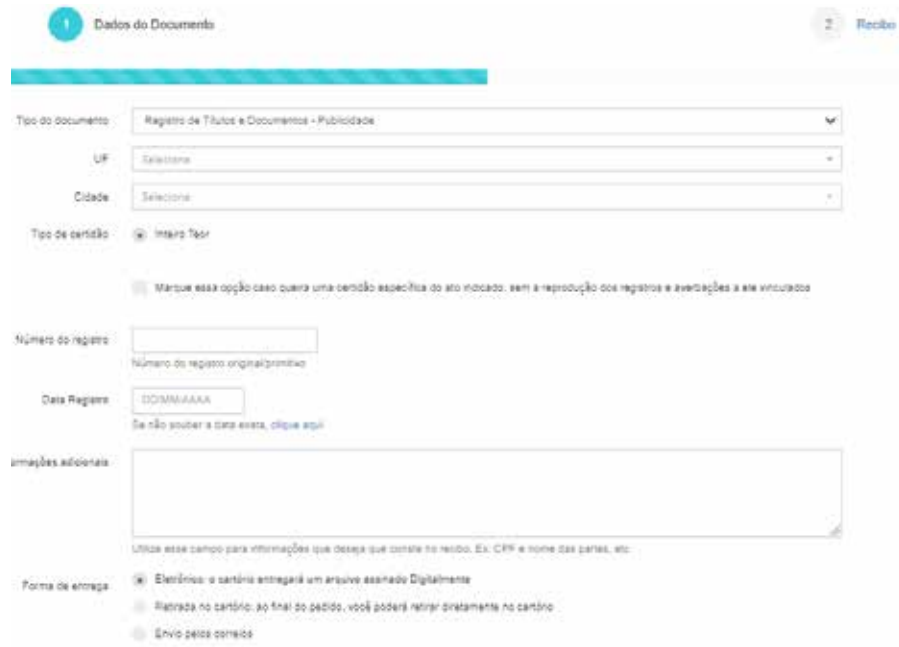


**4** Para registrar documentos e arquivos digitais, também é preciso inserir o arquivo em PDF. Depois, devem ser informados os dados do arquivo e, por fim, é emitido o recibo do procedimento.



5

**Para pedidos de certidão, é necessário informar os dados do documento solicitado.**



The screenshot shows a web form titled "Dados do Documento" with a progress indicator showing "1" and "Recibo" at "2". The form includes the following fields and options:

- Tipo do documento:** Dropdown menu with "Registro de Títulos e Documental - Publicidade" selected.
- UF:** Dropdown menu with "Seleciona" selected.
- Cidade:** Dropdown menu with "Seleciona" selected.
- Tipo de certidão:** Radio buttons for "Inteiro Teor" (selected) and "Marque essa opção caso queira uma certidão específica do ato notado, sem a reprodução dos registros e averbações a ele vinculados".
- Número do registro:** Text input field with "Número do registro original/premiado" as a placeholder.
- Data Registro:** Text input field with "DDMM/AAAA" as a placeholder and a link "Se não souber a data exata, clique aqui".
- Imagens adicionais:** A large empty text area with a note: "Utilize esse campo para informações que deseja que conste no recibo. Ex: CPF e nome das partes, etc."
- Forma de entrega:** Radio buttons for "Eletrônica: o cartório entregará um arquivo assinado Digitalmente" (selected), "Retirada no cartório: ao final do pedido, você poderá retirar pessoalmente no cartório", and "Envio pela correio".

6

**Para enviar a notificação extrajudicial, é preciso inserir dados pessoais e endereço de destinatário e remetente, além de informações sobre a entrega.**



The screenshot shows a form for sending an extrajudicial notification. It includes fields for:

- Destinatário (Recipient):** Name, CPF, RG, and address (street, number, neighborhood, city, state, zip code).
- Remetente (Sender):** Name, CPF, RG, and address.
- Assunto (Subject):** A text field for the notification subject.
- Observações (Observations):** A text area for additional notes.
- Forma de entrega (Delivery Method):** Radio buttons for "Eletrônica" (selected), "Retirada no cartório", and "Envio pela correio".

7

**Para consulta à validade de registros e certidões, basta informar o número do registro ou número do selo do Tribunal de Justiça (TJ).**



The screenshot shows a search interface titled "CONSULTA AUTENTICIDADE DE CERTIDÃO / REGISTRO". It features:

- A search bar with the text "Informe o Número/Chave do Registro ou Número do selo do Tribunal de Justiça (TJ):".
- Radio buttons for "Certidão" and "Registro" (selected).
- "Consultar" and "Voltar" buttons.

8

**A autenticação de livro SPED é feita pela indicação dos dados do documento.**



The screenshot shows a form for SPED book authentication. It includes fields for:

- Identificação do Livro (Book Identification):** Fields for "Número do Livro" and "Número do Documento".
- Informações do Contribuinte (Contributor Information):** Fields for "Nome do Contribuinte" and "CPF do Contribuinte".
- Observações (Observations):** A text area for additional notes.
- Forma de entrega (Delivery Method):** Radio buttons for "Eletrônica" (selected), "Retirada no cartório", and "Envio pela correio".



# BACKUP NA NUVEM

**DRD**  
SISTEMAS

DRD-BACKUP é uma solução de backup na nuvem que:

Mantém seus dados em local seguro

Conta com proteção por senha e criptografia

Atende às recomendações 09 e 11 do CNJ

A partir de

R\$ **59,90\***  
/mês

\* 5GB de espaço

Solicite um orçamento

[drd@drdsistemas.com.br](mailto:drd@drdsistemas.com.br)

Ligue agora e fale com um gerente de contas

Associado Sinoreg tem 20% de desconto

 (27) 3067-6295

- | O DRD-Backup pode ser contratado por qualquer Serventia, independente do Sistema que utilize.
- | Os arquivos são protegidos com criptografia padrão militar e senhas pessoais.
- | Receba diariamente relatórios de andamento do seu backup.
- | Planos flexíveis, que se adaptam a sua necessidade de espaço.
- | Suporte total na recuperação dos dados caso necessário.
- | Associado Sinoreg tem 20% de desconto.



+ atendimento



+ relacionamento



+ humano

Acesse e conheça mais

**DRD**  
SISTEMAS

[www.drdsistemas.com.br](http://www.drdsistemas.com.br)